

Credor externo só recebe após o acordo

O Brasil não vai fazer qualquer pagamento aos bancos credores, nem mesmo simbólico, antes de um acordo geral de reestruturação da dívida externa, que começará a ser negociado provavelmente no segundo semestre. A moratória não declarada, que vem desde julho do ano passado e que já provocou atrasos de pagamentos acima de US\$ 5 bilhões vai continuar. Nas reuniões coordenadas pela ministra Zélia Cardoso de Mello para definir a estratégia de negociação, chegou-se à conclusão de que a normalização dos pagamentos aos bancos internacionais só faz sentido no contexto de um acordo geral da dívida. Não será, portanto, a recuperação das reservas cambiais, que já alcançam quase US\$ 10 bilhões, que levará o Governo Collor a retomar esses pagamentos.

Apesar dessa posição, a palavra "confronto" jamais é empregada pela equipe econômica. O que se quer, de acordo com importante membro da equipe econômica, é provocar um redirecionamento de 180 graus no processo de negociação da dívida externa brasileira. "Fizemos, no plano interno, uma reforma sem precedentes e, no plano externo, não podemos nos contentar com as soluções até agora adotadas", diz a mesma fonte. A referência ao acordo feito pelo México, dentro dos mecanismos criados pelo Plano Brady, é inevitável. "É um acordo insatisfatório", resume o técnico.

Zélia viaja

Na primeira semana de maio, a ministra Zélia Cardoso de Mello

estará em Washington para a reunião do Fundo Monetário Internacional. Está preparada para expor à exaustão os desdobramentos do Plano Collor. Sobre dívida externa, deseja mais ouvir do que falar durante as conversas com Michel Camdessus, diretor-gerente do FMI e com outras autoridades do universo financeiro internacional.

Falar sobre as reformas internas da economia e ouvir os próprios credores sobre a dívida é uma postura que está calcada com precisão na estratégia traçada pelo Governo. Não se pensa em apresentar aos banqueiros qualquer proposta de renegociação. Para o Governo, o Brasil cumpriu (ou está cumprindo) a sua parte com o profundo ajuste econômico. Agora, caberá aos credores dizer o que podem oferecer para a reestruturação da dívida.

Isso não significa que um conjunto de alternativas de negociação não esteja sendo minuciosamente preparado pela equipe econômica. Participam das discretas reuniões no Ministério da Economia, além de Zélia e seus principais assessores, o embaixador Jório Dauster e o ex-diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas. Dauster, já escolhido "negociador da dívida" há cerca de um mês, ainda não teve seu nome oficialmente anunciado. A demora nessa nomeação não é interpretada como desleixo administrativo pelo Governo. "Acharmos que seria melhor preservá-lo um pouco", justificou um membro da equipe.